

# OS CONDOMÍNIOS FECHADOS COMO NEGAÇÃO A CIDADE: UMA BREVE ANÁLISE DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES

Viviane Rangel Ribeiro Manhães<sup>1</sup>  
Matheus Baptista de Souza Coutinho<sup>2</sup>

## RESUMO

O presente artigo analisa a fragmentação das cidades, a partir do crescimento dos condomínios fechados, fortificados por muros, dispositivos de segurança e da distinção de classes, vetores esses utilizados como estratégias de *marketing* e venda por grandes e influentes incorporadoras, determinando um novo estilo de vida e normas de convívio entre os iguais, no espaço privado. Esta cidade idealizada, os condomínios, são vistos como desqualificadores dos espaços públicos e semelhantes às vilas operárias, ao modelo de cidade-jardim, e aos subúrbios norte-americanos. O artigo demonstra a negação da cidade como espaço público de convívio, um reflexo das soluções privadas para as crises das cidades atuais. Faz ainda uma breve análise do crescimento dos condomínios fechados na cidade de Campos dos Goytacazes.

**Palavras-chave:** fragmentação, cidade, condomínios fechados, negação da cidade.

## ABSTRACT

This article analyzes the fragmentation of cities, from the growth of gated communities, fortified by walls, security devices and class distinction, vectors those used as marketing and sales strategies by large and influential developers, determining a new style of life and living standards among equals in the private space. This idealized city, condominiums, are seen as disqualifying the public spaces and the like to workers villages, the garden city model, and the North American suburbs. The article demonstrates the denial of the city as public space for living, a reflection of private solutions to the crises of today's cities. It does even a brief analysis of the growth of gated communities in the city of Campos dos Goytacazes.

**Keywords:** fragmentation, city, closed condominiums, town of denial.

## 1. INTRODUÇÃO

O presente artigo observa como o planejamento privado e as estratégias de *marketing* do setor imobiliário ditam as regras de convívio social nas cidades atuais, na apropriação do espaço físico e de como interferem no desenho da malha urbana,

---

<sup>1</sup> Mestranda em Planejamento Regional e Gestão de Cidades/UCAM-Campos, [vivianeribeiro@gmail.com](mailto:vivianeribeiro@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestrando em Planejamento Regional e Gestão de Cidades/UCAM-Campos, [coutinho.matheus@gmail.com](mailto:coutinho.matheus@gmail.com)

aprofundando, externamente, os processos de fragmentação, segregação e desigualdades sociais na cidade.

Sendo que essas interferências não dizem respeito apenas ao direito dos cidadãos à cidade, mas também ao direito de participar da construção e reconstrução da malha urbana, de forma a atender melhor as necessidades da população em busca do bem-estar dos indivíduos, como bem qualifica David Harvey (2009).

Muitas foram as mudanças ocorridas na estrutura das cidades tais como: a perda da hegemonia das atividades industriais, questionando a centralidade das metrópoles no padrão de acumulação fordista; o processo de reestruturação produtiva, que implicou alterações nas relações de trabalho e agravamento das condições de vida dos trabalhadores, com expansão do desemprego, da informalidade e da precarização das relações sociais; e as mudanças do papel do Estado nacional em relação às políticas redistributivas de bem estar social. Essas mudanças contribuem para a formação de “nós” espaciais, polos estratégicos da rede econômica mundialmente estabelecida, e influenciam os modos e a estratégias dos agentes econômicos sobre as cidades e regiões (IVO, 2012).

Esses novos polos foi o que Saskya Sassen (2001, apud IVO, 2012) chamou de *global city* ou cidade global. E são essas cidades globais que passam a representar novos centros de poder.

Assim, paradoxalmente, a cidade global constitui-se no lugar que oferece as melhores oportunidades de emprego, atraindo profissionais qualificados, e, ao mesmo tempo, é lócus das maiores discrepâncias sociais, salariais, com o crescimento da informalidade e do desemprego (IVO, 2012).

De acordo com LEFEBVRE (2000, apud IVO, 2012), a cidade expressa contradições e lutas entre diferentes agentes econômicos e sociais sobre o espaço construído. Assim, a estrutura morfológica das cidades envolve processos de seleção, distribuição e regulação que afetam a vida social e o espaço público, num contexto hoje marcado pelos fluxos globais da economia, no qual o mercado imobiliário e as estratégias de *marketing* são vetores importantes. Eles recriam estilos de vida para segmentos de renda elevada, que produzem e reproduzem a

expansão e a prevalência de relações sociais seletivas, consolidando apropriações desiguais e polarizadas do espaço urbano (IVO, 2012).

Cidades exteriores, cidades marginais, paisagem de silicone, possubúrbio, metroplexos, cidade cenário, cidade fachada, cidade fantasia, exopolis, são alguns dos termos usados por diversos autores (BOYES, 2004; DAVIS, 2009; KOOHAAS, 2001; SOJA, 2000, apud IVO, 2012) entre outros, para caracterizar a expansão recente dos condomínios fechados.

Essas novas relações contribuem para uma maior segregação social, acarretando o enfraquecimento da cidade como espaço coletivo e espaço público, sob condições históricas específicas: a cidade é privatizada, e os novos ordenamentos e articulações espaciais expressam movimentos de homogeneização de redes entre iguais, apartadas da cidade real (IVO, 2012).

## **2. CONDOMÍNIOS FECHADOS**

Esses condomínios fechados na realidade são verdadeiros simulacros, ou seja, são “universos estranhamente semelhantes ao original” (BAUDRILLARD, 1991, apud IVO, 2012). Igualmente à Idade Média, onde as cidades eram protegidas por muros, os condomínios fechados são áreas fortificadas, que recriam um universo perfeito de bem-estar e qualidade de vida, comercializados pelas grandes incorporadoras para as classes média e mais alta.

O que se observa nas cidades contemporâneas é a disputa pela apropriação do território e uma crescente privatização do espaço público ocasionando uma crescente fragmentação da cidade.

A insegurança urbana é uma das causas pela procura desses condomínios murados, nos quais os dispositivos de segurança aliados à oferta do mercado imobiliário reorganizam as relações sociais de convívio das cidades, criando novas formas de segregação espacial e social.

De acordo com IVO (2012, p.134):

[...] o sentimento de insegurança nos grandes centros urbanos tem levado as classes médias e altas a buscarem espaços protegidos, oferecidos pelo mercado imobiliário como garantia de tranquilidade, harmonia e bem estar. Essa tensão social permanente e o

sentimento de insegurança ensejam a formação de “simulacros” de cidades (cidades idealizadas) que desafiam a utopia do espaço público e político das cidades. Nesse sentido, o setor imobiliário explora a experiência urbana filtrada pela segurança como produto de mercado. A “cidade idealizada” é tematizada na estratégia de marketing e venda de um novo “estilo de vida”, expresso em padrões diferenciais de espaço, consumo e hábitos das classes sociais de renda mais elevada.

E ainda:

Esse padrão de homogeneização arquitetônica no meio urbano tem sido designado por alguns autores como processos de macdonização, disneyficação e espetacularização, para ressaltar os principais marcadores do planejamento estratégico das cidades “empreendedoras” e competitivas, articulando segurança, moradia, cultura e mercado, na sua estruturação morfológica. Os “sonhos de consumo” de grupos sociais economicamente em vantagem exemplificam os lugares criados para solucionar o medo do que é diverso.

Os condomínios fechados negam qualquer relação com o mundo lá fora, com a pluralidade, com a diversidade. Os “de fora” dos muros são considerados os excluídos e a cidade deixa de ser um lugar de troca de diversidade. Os habitantes “de dentro” dos muros se reconhecem como iguais e podem caminhar sem qualquer tipo de preocupação, de medo ou insegurança, usufruindo e contemplando suas áreas verdes sem receios e sem ameaças visíveis.

Dessa forma, esses condomínios criam novas relações sociais onde continuamente seus atos de ir e vir, seus comportamentos são vigiados por sistemas de segurança que passam a ditar regras de conduta e controlam esse novo estilo de vida.

Nesse contexto, que associa insegurança e pacificação, alguns, se refugiam nos lugares de felicidade controlada, que se encontram à venda. A cidade real, como comunidade organizada de cidadãos livres e iguais em direito, passa a representar o lugar da violência e, como tal, é banida das vivências humanas por grupos de padrão econômico mais elevado (IVO, 2012).

### 3. VILAS OPERÁRIAS, CIDADE-JARDIM, SUBÚRBIOS

As vilas operárias constituem primeiras respostas à então nova necessidade de provisão de habitação para um número crescente de habitantes urbanos, no contexto da nascente cidade industrial. Podemos também considerá-las como primeiras manifestações de assentamentos de habitações unifamiliares de que se tem conhecimento na História ocidental, desde o Renascimento. Tanto a localização desses conjuntos, como suas configurações formais e espaciais, obedeciam às regras impostas pelos mecanismos produtivos capitalistas e também a modos de vida definidos por uma configuração social emergente, na qual a burguesia substituiria a nobreza no papel de classe ditadora de padrões conduta (TRAMONTANO, 2000).

Esses assentamentos são respostas mais ou menos imediatas a um contexto urbano superpovoado e insalubre, que partem da aceitação de que a cidade deve abrigar o excedente populacional proletário para se firmar como *lócus* das novas unidades produtivas industriais (TRAMONTANO, 2000).

A tipologia usada nas vilas, as casinhas, evocavam o isolamento de cada família em seu terreno, garantindo não só a salubridade, mas também afastando a promiscuidade que se costumava associar às habitações coletivas (TRAMONTANO, 2000).

Com relação à cidade-jardim a ideia é o do conjunto horizontal de casas unifamiliares, permeado por vegetação, mais ou menos isolado e protegido de outras áreas funcionais das cidades, como a produtiva. Também foi resposta às condições degradadas da cidade industrial europeia. Esse modelo reafirma, sendo as vilas, o ideal da casa unifamiliar isolada (TRAMONTANO, 2000).

Empregado indiscriminadamente, o termo cidade-jardim viu-se empobrecido ao indicar, bairros de traçado tipicamente pitoresco, ou subúrbios que priorizam áreas verdes com traçados menos retilíneos. Tais assentamentos têm ignorado a essência de seu conceito, que envolve aspectos de reforma social e de propriedade da terra, da construção de habitações sociais de qualidade relacionada diretamente à configuração da cidade como um todo. Muitas vezes, diversificadas, as soluções

atuais apresentam implantações habitacionais do tipo enclave na trama urbana, ou mesmo nas periferias (TRAMONTANO, 2000).

Com relação aos Subúrbios norte-americanos, esta forma de assentamento é recorrente nos filmes hollywoodianos, que encarregaram-se de divulgá-la pelo mundo, vinculando-o ao ideário oitocentista em um mundo distanciado da pobreza, que gera violência, apartado das perigosas metrópoles congestionadas e heterogêneas, em proximidade de *shopping centers* igualmente protegidos, em perfeita comunhão com seu vizinhos e garantindo para seus filhos uma vida saudável entre seus pares (TRAMONTANO, 2000).

O aspecto mais evidente é, sem dúvida, o de negação relativa da cidade. Os muros cercam os conjuntos contemporâneos. Grades e sistemas sofisticados de segurança mostram uma forma de organização que expressa segregação, discriminação social e distinção (CALDEIRAS, 2000).

As estratégias de *marketing* dos condomínios fechados ampliam o sentimento de insegurança que as altas taxas de violência urbana geram, mas também retomam o desejo de proximidade da natureza, como resgate do paraíso perdido, e reforçam a ideia de que o espaço doméstico deve assemelhar-se a uma promessa de felicidade, de repouso, de divertimento permanente e, se possível, de refinamento, opondo-se a um espaço público estressante, caótico, perigoso e pobre (TRAMONTANO, 2000).

#### **4. NEGAÇÃO À CIDADE**

Para compreender o crescente processo de segregação social e espacial visto hoje nas cidades é preciso desdobrar três elementos – cidade, convivência (sociabilidade/urbanidade) e violência – experimentar todas as articulações possíveis, entendendo que para ter clareza sobre o dilema da intolerância/violência urbana, é fundamental compreender como a cidade vem perdendo seu sentido como esfera pública, locus do convívio, espaço da urbanidade e, principalmente, centro de irradiação cidadã (PECHMAN, 2014).

Ainda segundo PECHMAN (2014, p.20):

Trata-se de entender o que na cidade fracassa e a torna incapaz de redistribuir o capital simbólico acumulado ao longo de tanto tempo, pondo em xeque sua própria capacidade de atualização do pacto urbano. Quanto menos a cidade exprime seu poder urbano, [...] poder de produzir relações, de obrigar à negociação, de acolher o conflito [...] mais ela deixa de fazer sentido como referência inspiradora à atualização das formas de convivialidade. Quanto menos convivialidade, tanto menos urbanidade. Tanto menos urbanidade, quanto mais violência. Eis aí uma forma de poder fundamental, a de construir uma esfera pública, ponto de partida de toda experiência social, invenção social, urbanidade e sociabilidade. Eis a única forma de conter a violência, de enquadrar o seu fluxo, de limitar sua força.

Contudo, o que temos presenciado recentemente nos mostra que a cidade tem perdido os valores mínimos que uma sociedade precisa para se manter: a cooperação, a solidariedade, o reconhecimento do outro, o direito à vida. O próprio pacto urbano esmorece frente aos novos arranjos da cidade, uma vez que não há mais negociação, conflitos que evidenciem os problemas urbanos e possibilitem o diálogo para dirimi-los, antes há o silenciamento pela violência. Ignoram-se os problemas, evitam-se os embates em busca de uma falsa pacificação da sociedade, incitando o contrário, a violência (PECHMAN, 2014).

Francisco Ortega (2000, apud PECHMAN, 2014), conclui que o enfraquecimento da cidade seria consequência do desejo de segurança e conforto, remetendo a sociabilidade para aqueles ditos iguais e para a família, excluindo o mundo “inóspito e estranho”, percebido como hostil. Há portanto a geração de um ciclo vicioso, pois quanto mais o “estranho”, o outro, é evitado, silenciado e colocado à margem, maior é a violência e consequentemente maior a sensação de insegurança, resultando num afastamento ainda maior entre os indivíduos, o que retroalimenta o ciclo. Por conseguinte, cria-se a cidadela, ou a cidade fortificada, onde há uma tentativa de gerar no interior dos muros uma cópia do “mundo” externo, porém somente para aqueles “iguais”, tendo o “estranho” que permanecer fora dos muros para que a paz e harmonia reinem, muito embora, esta “ilha” ainda dependa fundamentalmente dos serviços dos “estranhos”, bem como dos suprimentos que de fora vêm. O fenômeno acima explicitado é corroborado por IVO (2012, p.135) quando afirma que:

Os espaços autossegregados e autorregulados recriam e vendem a falsa utopia de uma 'comunidade entre iguais', afastada da maioria, na forma de um urbanisme affinitaire (urbanismo de afinidades), como qualifica Donzelot (1999). As criações temáticas de uma urbanidade utópica e a construção de espaços para iguais avançam na constituição de estruturas de circulação 'seguras' [...] que conectam as 'ilhas de iguais' – passarelas, túneis, estradas privatizadas, galerias subterrâneas, centros comerciais, etc. – que foram justificados inicialmente pelas baixas temperaturas e variações climáticas em cidades como Minneapolis e Montreal.

Mas que:

Na prática, essas estruturas possibilitam o controle dos transeuntes, a seleção de quem transita e dos que podem ter acesso, transformando-se em uma rede elitizada de controle que nega e produz a 'não vivência' da cidade plural, diversificada, e a utopia de 'fazer sociedade', no dizer de Donzelot (1999). Para os segmentos usuários desses vetores, é possível mover-se, circular, ir e vir, sem o risco das ruas. Por consequência, a cidade real torna-se o lugar dos 'excluídos' e da exclusão, lócus das vidas humanas não incorporadas às novas formas produtivas ou de consumo urbano contemporâneo.

Nesse contexto surgem novos empreendimentos residenciais exclusivos para aqueles ditos iguais em seu poder de compra, com garantias de uma vida tranquila, sem a interferência e a ameaça daquelas que não fazem parte deste grupo. Porém, o que lhes é vendido é uma realidade fictícia, onde tudo é controlado e fiscalizado por sistemas eletrônicos de segurança e onde as normas das condutas são preestabelecidas pelas normas do condomínio. Ivo (2012, p.136) nos apresenta:

A perda de liberdade e o controle não se limitam aos espaços abertos e comuns, mas influenciam e se estendem também à esfera da intimidade da vida privada, estabelecendo condutas e 'estilos de vida' desejáveis. [...] 'Estilos de vida', como reflexo da disneyficação da sociedade, quando a própria vida transforma-se em tema, espetáculo e produto para a venda [...] Surgem, então, novas categorias de morar: 'um clube em casa'; 'vida de interior na capital'; 'condomínio-clube'; 'elegância revolucionária'; 'recanto na agitação', etc.

A legitimação deste processo é feita através de estratégias de comunicação e vendas, elementos estes fundamentais para a criação do desejo de consumo da população e manutenção deste ideal, criando nos indivíduos o desejo de um dia fazer parte deste grupo.

Além disso, o novo padrão incutido se encarrega de criar individualizações crescentes, inseridas até mesmo no interior das unidades residenciais, *layouts* individualizados, televisões exclusivas, espaços individuais para estudos, etc, dificultando os embates das diferenças e o convívio, gerando um novo padrão de sociabilidade intrafamiliar. Fora das unidades são criadas salas de estudo coletivo, espaço *gourmet*, brinquedotecas, sala de jogos, etc, preservando a rotina doméstica de surpresas (IVO, 2012).

Esses empreendimentos têm se proliferado e vêm adquirindo proporções cada vez maiores, associando espaços comerciais e shoppings, ocupando áreas imensas dentro das cidades, criando verdadeiros enclaves urbanos. Para os “de dentro” tais problemas só são percebidos quando estes deixam a redoma do condomínio e precisam por algum motivo visitar a cidade real, já para os “de fora” tais problemas são sentidos diariamente, sendo agravados cada vez mais com a criação dos “novos enclaves”.

## **5. UMA BREVE ANÁLISE DA CIDADE DE CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ**

O crescimento do mercado imobiliário em Campos dos Goytacazes viveu um grande *boom* nos últimos anos impulsionado principalmente pela crescente exploração do petróleo, as novas descobertas do pré-sal e a instalação do complexo logístico do Porto do Açú. Apesar de vivermos um período de crise econômica no Brasil no atual momento, os grandes empreendimentos residenciais, lançados nos últimos anos, ainda encontram-se em fase de obras. Tais empreendimentos foram direcionados para os segmentos das classes média e alta.

A modalidade que mais se destacou nos novos empreendimentos foi a dos condomínios fechados. Esses empreendimentos encaminham uma solução habitacional que envolve uma privatização do espaço público da cidade, na medida em que, em muitos deles, áreas legalmente destinadas a equipamentos urbanos e comunitários passam a ser apropriadas como áreas de lazer desses novos empreendimentos (IVO, 2012).

Do ponto de vista legal, condomínio fechado inexistente de acordo com a legislação de parcelamento do solo, segundo a qual o parcelamento do solo urbano deve ser feito na forma de loteamento e de desmembramento, com a obrigatoriedade de oferecimento do sistema de circulação, equipamentos urbanos e comunitários e espaços livres para o uso público, definidos e mensurados em relação à densidade de ocupação do empreendimento (IVO, 2012).

Apesar dessa determinação legal, as fórmulas condominiais são cada vez mais comuns e predominantes, modificando o traçado da malha urbana, criando verdadeiros enclaves na cidade.

É o que ocorre na Rua Aires Souza, também conhecida como Estrada das Palmeiras, no Parque Rodoviário, em Campos dos Goytacazes, onde existem aproximadamente oito condomínios fechados: uns já concluídos e ocupados e outros ainda na fase de implantação. A Rua Aires Souza margeia a lateral do Shopping Boulevard e constitui-se como principal via de acesso a tais condomínios, sendo praticamente fechada, não ligando a área a outros bairros, como por exemplo, o Parque Esplanada e o Parque Julião Nogueira, separados apenas pelo Canal do Saco. O complexo do *Shopping*, que possui diversas lojas integradas, completa o circuito fechado que foi bastante discutido neste artigo, garantindo que os moradores dos condomínios não precisem correr os riscos de se andar na cidade. É importante frisar que apesar da proximidade deste trajeto, todos os deslocamentos são feitos com a utilização de veículos, mais uma vez resguardando os “de dentro” das surpresas e encontros na cidade. Como bem aponta BRUM (2015) a cidade é uma paisagem do outro lado do vidro, uma paisagem que ela espia, mas não toca. O lado de fora, o exterior, é uma ameaça.

Ainda segundo BRUM (2015):

o outro é aquele com quem ela não pode conviver, tanto que não deve nem enxergá-la. Até mesmo contatos visuais devem ser evitados, encontros de olhares também são perigosos. Qualquer permeabilidade entre o dentro e o fora, entre a rua e o muro, seja na casa, na escola, no shopping ou no carro, ela já aprendeu a decodificar como intrusão. O outro é um intruso, aquele que, se entrar, vai tirar dela alguma coisa. Se a tocar, vai contaminá-la. Se a enxergar, vai ameaçá-la. A rua, o espaço público, é onde ela não

pode estar. E por que? Porque lá está o outro, o diferente. E ela só pode estar segura entre seus iguais, no lado de dentro dos muros.

É interessante ainda notar que o surgimento de tais empreendimentos na cidade de Campos alavancou a criação de muitas empresas de prestação de serviços de limpeza e segurança para o atendimento da nova demanda, corroborando o paradoxo de que se criam empreendimentos para garantir a segurança e o afastamento do convívio com os “de fora”, ao mesmo tempo em que se depende destes para manutenção do sistema. Assim, Brum (2015) nos mostra que os "de fora" são tolerados, pois são necessários, tendo que entrar e sair, pelas portas laterais ou dos fundos e devidamente uniformizados, em períodos determinados para desempenhar serviços e manter a ilusão da paisagem intacta.

## **6. CONCLUSÃO**

O aspecto mais importante é, sem dúvida, o de negação a cidade. Os muros cercam os condomínios atuais. Estes retomam o desejo de morar em um lugar perfeito, em uma cidade ideal, porém, essa nova forma de viver coletivo não é a solução para os problemas sociais que assolam nosso país.

Nessa perspectiva, o crescimento exponencial dos condomínios fechados nas cidades, como solução para o problema da insegurança diante do crescimento da violência, aparece como um novo elemento estruturante da desigualdade no espaço urbano conflitante. Tal estratégia reforça os aparatos privados de segurança da ordem pública, que assumem o lugar de uma força inibidora do que é externo. Assim, defini-se uma nova forma de controle e demarcação das desigualdades sociais. Essa dinâmica reforça as formas seletivas e privadas do espaço da cidade e negando-se como sociedade necessariamente plural (IVO, 2012).

A segregação espacial não se restringe a uma polarização e uma dicotomia dos espaços entre ricos e pobres na cidade, mas supõe a forma histórica de constituição do espaço público da polis, profundamente desigual e marcado pela ausência efetiva do Estado na regulação da coisa pública. É entre as formas distintas de apropriação do espaço público desregulado pelo mercado que se

observa uma tendência crescente de privatização das áreas públicas, como resultado dos novos arranjos e táticas das forças sociais e de mercado na solução da vivência pública da urbe contemporânea (IVO, 2012).

Esses condomínios são vendidos associados à uma ideia de exclusividade, previsibilidade, de forma que o adquirente poderá prever a que segmento socioeconômico pertence seus vizinhos.

Além disso, os condomínios são geradores de verdadeiros enclaves urbanos, pois não levam em consideração o traçado da malha urbana e muito menos sua história, constituindo assim, grandes áreas de descontinuidade com o entorno, separando bairros e pessoas.

## REFERÊNCIAS

BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e simulações**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.

BRUM, Elaine. “**Mãe, onde dormem as pessoas marrons?**”. EL PAÍS Brasil, São Paulo, 22 jun. 2015. Disponível em: <[http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/opinion/1434983312\\_399365.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/opinion/1434983312_399365.html)>. Acesso em 12 jul. 2015.

CALDEIRAS, Teresa P. do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

IVO, Ary Brito Leal. **Jardins do Éden**: Salvador, uma cidade global-dual. Caderno CRH, Salvador, v. 25, n. 64, p. 131-146, jan. /abr. 2012.

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. **O chamado da cidade**: ensaios sobre a urbanidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 315p.

LEFEBVRE, Henri. **La production de l'espace**. Paris: Editora Econômica, [1974] 2000.

SASSEN, Sasken. **Global City**. Nova Jersey: Princeton University, 2001.

TRAMONTANO, M.; SANTOS, D. M.. **Condomínios horizontais fechados: referências para uma prática contemporânea**. In: IV Congresso Ibero-Americano de Urbanismo, 2000, Recife. Anais, 2000. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/site/livraria/livraria.html>>. Acesso em 06 set. 2015.